diferencial concursos

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

2022

200 QUESTÕES COMENTADAS DA ORDEM SOCIAL

(Art. 193 ao 232)

APOSTILA DIGITAL

APOSTILA AMOSTRA

Para adquirir a apostila de 200 Questões Fundamentadas Da Ordem Social - Art. 193 a 232 da CF

acesse o site:

odiferencial concursos
www.odiferencialconcursos.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....3

Questões.....4

Respostas.....63

Bibliografia.....99

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

O TÍTULO VIII da CF – Da Ordem Social – Art. 193 a 232 - vem sendo exigido no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

QUESTÕES

1. Assinale a opção incorreta.

a) Cabe ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento e universalidade da cobertura e do atendimento, somente.

b) A seguridade social será financiada, dentre outras formas, através da contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo RGPS conforme previsto no art. 201 da CF.

c) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

d) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, dentre outras diretrizes.

e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

2. Complete a lacuna.

Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada ....., estabelecerá os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos

Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais.

( ) três anos
( ) cinco anos
( ) dez anos

3. Analise a veracidade das proposições a seguir.

I. Lei, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

II. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador, e participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

III. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

IV. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base na participação da população, por meio de organizações representativa, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, dentre outras diretrizes.

Está (ao) correta (s):

a) I, II e IV

b) I, II e III

c) II, III e IV

d) I, II, III e IV

e) III e IV

4. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

Sobre a assistência à saúde, é permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

5. Indique a afirmativa incorreta.

a) Ao sistema único de saúde compete, dentre outras atribuições, incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação e participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

b) A previdência social atenderá a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada, bem como a proteção à maternidade, especialmente à gestante.

c) Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão e as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

d) Sobre a ciência, tecnologia e inovação, o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei estadual.

e) Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a inovação.

6. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

7. Indique a afirmativa incorreta.

a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

b) O direito a proteção especial abrangerá somente a garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola e o estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

c) O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

d) O ensino será ministrado com base na gestão democrática do ensino público, garantia de padrão de qualidade e piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal, dentre outros princípios.

e) Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

8. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.

O Plano nacional de educação, estabelecido em lei, durará 5 (cinco) anos, e terá, dentre outros objetivos, o de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

( ) FALSA.
( ) VERDADEIRA.

9. Analise a veracidade das proposições a seguir.

I. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

II. Em nenhuma hipótese é permitida a remoção dos grupos indígenas de suas terras.

III. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

IV. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Está (ao) correta (s):

a) I, II e III

b) I, II, III e IV

c) I, III e IV

d) III e IV

e) I e IV

10. Com relação ao meio ambiente, identifique a afirmativa incorreta.

a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defende-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

c) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

d) Cabe ao poder público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

e) A floresta amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, exceto quanto ao uso dos recursos naturais.

RESPOSTAS

1.

Resposta: A
Fundamento
Art. 194, parágrafo único, I, V e VI da CF
Art. 195, caput, II da CF
Art. 195, § 7º da CF
Art. 198, caput, II da CF
Art. 211, caput da CF

2.

Resposta: cinco anos
Fundamento
Art. 198, § 3º, II da CF

3.

Resposta: C
Fundamento
Art. 198, § 3º, III da CF
Art. 200, caput, II e IV da CF
Art. 202, caput da CF
Art. 204, caput, II da CF

4.

Resposta: F
Fundamento
Art. 199, § 2ºda CF

5.

Resposta: D
Fundamento
Art. 200, caput, V e VII da CF
Art. 201, caput, I e II da CF
Art. 216, caput, I e IV da CF
Art. 219, caput da CF
Art. 218, caput da CF

6.

Resposta: F
Fundamento
Art. 220, § 6º da CF

7.

Resposta: B
Fundamento
Art. 227, § 6º da CF
Art. 227, § 3º, III e VI da CF
Art. 217, § 3º da CF
Art. 206, caput, VI, VII e VIII da CF
Art. 201, § 3º da CF

8.

Resposta: F
Fundamento
Art. 214, caput da CF
O plano nacional de educação terá duração decenal, ou seja, de dez anos. As bancas organizadoras de concursos públicos costumam explorar com certa preferência os prazos expressos nas leis.

9.

Resposta: C
Fundamento
Art. 231, caput da CF
Art. 231, § 5º da CF
Art. 227, caput da CF
Art. 223, caput da CF

10.

Resposta: E
Fundamento
Art. 225, caput da CF
Art. 225, § 2º da CF
Art. 225, § 6º da CF
Art. 225, § 1º, I e VI da CF
Art. 225, § 4º da CF

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. ***Curso de Direito Constitucional***. 14ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de***. Direito Constitucional***: 35ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2019.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. ***Direito Constitucional Descomplicado.*** 18ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2019.

MOTTA, Sylvio, ***Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões***, 28ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2019.

LENZA, Pedro. ***Direito Constitucional Esquematizado***, 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. *Direito Administrativo*.** 32ª Ed. Editora Forense, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. ***Direito Administrativo Brasileiro***. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. ***Direito Administrativo Descomplicado.*** 27ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2019.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992: Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973: Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96, DE 6 DE JUNHO DE 2017: Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019: Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108, DE 26 DE AGOSTO DE 2020: Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

COMO ADQUIRIR

30,00	**200 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DA ORDEM SOCIAL – ARTS. 193 ao 232 da CF**

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) PIX
CPF: 099.911.856.07
Favorecido: Giovanni Gomes Esteves
Banco: Caixa Econômica

B) Depósito em conta

Favorecido: Giovanni Gomes Esteves
Banco: Caixa Econômica
Agência: 3234(Governador Valadares-MG)
Operação: 013
Conta: 00000870-5 (poupança)

Envie para o nosso WhatsApp: (33) 99128-3429 o comprovante da transferência/depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua CAIXA DE ENTRADA, favor verificar nas pastas LIXO, QUARENTENA ou SPAM.

Maiores esclarecimentos:

WhatsApp: (33) 99128-3429

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

odiferencial concursos
www.odiferencialconcursos.com.br